

APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	8862/2026
Estudo Preliminar nº:	8862/2026
Secretaria:	Secretaria de Educação
Setor / Órgão:	Subsecretaria de Educação
Objetivo:	Trata-se de estudos preliminares referentes a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados ao pagamento do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, com disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário.
Equipe de Planejamento:	Gestor: Cintia Damazio da Silva – matr.: 105.119
	Apoio Técnico: Claudia Ribeiro Catrib Seixas – matr.: 2579
	De acordo: Caroline Moura Klein – matr.: 990.953
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	
O Plano Anual de Contratações ainda não foi implementado no âmbito desta Administração, motivo pelo qual não há possibilidade de sua apresentação no presente momento.	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	
<p>A presente contratação tem por finalidade viabilizar a execução do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, destinado aos profissionais da educação da Rede Pública Municipal e aos estudantes das turmas de 5º e 9º anos das unidades escolares contempladas, conforme critérios legais.</p> <p>O prêmio será concedido em cota única extraordinária aos profissionais da educação em efetivo exercício nas unidades escolares contempladas e aos estudantes das turmas de 5º e 9º anos com melhor desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme critérios objetivos previstos na legislação.</p> <p>A norma legal determina expressamente que o pagamento do benefício seja operacionalizado por meio de cartão específico fornecido por empresa emissora contratada mediante procedimento licitatório, o que torna imprescindível a formalização da presente demanda administrativa.</p> <p>A contratação de solução especializada para emissão e gestão de cartões magnéticos com chip mostra-se tecnicamente adequada, pois garante segurança na disponibilização dos créditos, controle individualizado por beneficiário, rastreabilidade da execução financeira, mitigação de riscos operacionais e transparência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento, governança</p>	

e controle previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa avaliar e fundamentar a melhor solução para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão, gestão e entrega de cartões eletrônicos magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados ao pagamento do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122/2025, com disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

1. Fundamentação Legal e Natureza do Objeto

A presente contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, envolvendo:

- Emissão de cartões magnéticos com chip;
- Gestão eletrônica dos créditos;
- Controle individualizado por beneficiário;
- Disponibilização de sistema de acompanhamento e relatórios;
- Suporte técnico operacional.

A definição clara e objetiva das especificações atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, economicidade e competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2. Sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com a Instrução Normativa nº 01/2010 e com o Decreto nº 7.746/2012, devendo, sempre que aplicável:

- Os bens serem constituídos, no todo ou em parte, por materiais recicláveis, atóxicos ou de menor impacto ambiental, conforme normas técnicas pertinentes;
- Serem observados requisitos ambientais para certificação pelo INMETRO, quando houver regulamentação específica;
- Serem acondicionados, preferencialmente, em embalagens com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, garantindo proteção adequada durante transporte e armazenamento;
- Não conterem substâncias perigosas acima dos limites recomendados pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- Apresentarem maior eficiência energética, menor consumo de recursos naturais e maior vida útil, reduzindo custos de manutenção e impactos ambientais.



Tais exigências encontram respaldo no dever constitucional de proteção ao meio ambiente (art. 225 da Constituição Federal) e na diretriz de sustentabilidade nas contratações públicas.

3. Critérios e momento de execução da premiação

Nos termos da Lei Municipal nº 5.122/2025, o Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA) está condicionado ao desempenho das unidades escolares nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), devendo sua concessão observar os critérios objetivos estabelecidos na legislação.

Considerando que a avaliação de referência corresponde ao SAEB 2025, cujos resultados oficiais serão divulgados apenas no segundo semestre de 2026, a efetiva requisição dos cartões e a autorização para carga dos créditos estarão condicionadas à publicação dos resultados oficiais pelo órgão competente.

Conforme cronograma nacional previamente divulgado:

- Os resultados preliminares estão previstos para divulgação no período de 6 a 10 de julho de 2026;
- Os resultados finais oficiais estão previstos para divulgação a partir de 28 de agosto de 2026.

Dessa forma, a presente contratação possui natureza preparatória e visa garantir disponibilidade contratual e operacional para cumprimento tempestivo da obrigação legal após a confirmação dos resultados oficiais.

A requisição formal para emissão nominal dos cartões e disponibilização dos créditos ocorrerá somente após:

- I – Publicação dos resultados finais do SAEB 2025;
- II – Consolidação interna dos dados das unidades escolares contempladas;
- III – Validação da listagem nominal dos beneficiários pela Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Verificação do atendimento aos critérios de elegibilidade previstos na Lei Municipal nº 5.122/2025.

Somente após tais etapas será emitida ordem formal de fornecimento à empresa contratada, com quantitativo definitivo de beneficiários.

Tal procedimento assegura:

- Observância estrita ao princípio da legalidade;
- Execução condicionada ao fato gerador previsto em lei;
- Adequação do gasto público ao resultado efetivamente apurado;
- Prevenção de pagamentos indevidos;
- Conformidade com os princípios do planejamento e da responsabilidade fiscal.

Ressalta-se que a contratação não implica reconhecimento automático de direito individual antes da divulgação oficial dos resultados, sendo a concessão do prêmio condicionada ao enquadramento nos



critérios legais após publicação definitiva.

4. Da Restrição Territorial de Utilização

O cartão deverá conter mecanismo de limitação geográfica que permita sua utilização exclusivamente em estabelecimentos comerciais regularmente sediados no Município de Nova Friburgo/RJ.

Tal medida fundamenta-se no interesse público primário consistente no fortalecimento da economia local, na circulação interna de recursos públicos e no estímulo ao comércio municipal, considerando que se trata de política pública financiada com recursos próprios da Secretaria Municipal de Educação.

A restrição territorial incide unicamente sobre o local de utilização do crédito e não sobre a participação no procedimento licitatório, inexistindo direcionamento ou restrição à competitividade. Poderão participar do certame todas as empresas que atendam às exigências técnicas e que possuam rede credenciada apta a operar no território municipal.

A diretriz encontra respaldo no princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como na competência administrativa do Município para implementar políticas públicas com reflexo econômico local, não havendo afronta aos princípios da isonomia ou da ampla concorrência.

5. Da Amplitude de Utilização do Crédito

O crédito disponibilizado no cartão será de uso amplo, podendo ser utilizado para aquisição de bens de consumo em geral, tais como gêneros alimentícios, vestuário, calçados, brinquedos, eletroeletrônicos, material escolar e demais produtos regularmente comercializados no comércio local.

A contratada deverá possuir, no mínimo, o seguinte quantitativo de estabelecimentos por segmento, dentre os 30 (trinta) credenciados exigidos no Município:

- a) Gêneros Alimentícios – 7 (sete) estabelecimentos;
- b) Vestuários – 6 (seis) estabelecimentos;
- c) Calçados – 6 (seis) estabelecimentos;
- d) Brinquedos – 3 (três) estabelecimentos;
- e) Eletroeletrônicos – 5 (cinco) estabelecimentos;
- f) Material Escolar – 3 (três) estabelecimentos;

A ausência de segmentação por ramo de atividade amplia o alcance social da política pública, preserva a autonomia do beneficiário quanto à destinação do recurso e potencializa o impacto econômico municipal, mantida a limitação territorial.

6. Entrega, Substituição e Execução Contratual

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE os cartões eletrônicos com carga única e



individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com validade de 90 (noventa) dias a partir da data de disponibilização do crédito;

b) A CONTRATANTE disponibilizará, mediante o resultado definitivo das provas e definição dos contemplados baseado nos critérios estabelecidos na Lei 5.122/2025, a relação contendo unidades escolar, nome do beneficiário, CPF e outras informações necessárias para a emissão do cartão.

- Os cartões direcionados aos alunos menores de idade, deverão constar, além do nome e CPF do contemplado, dados do responsável cadastrado no E-cidade, que serão enviados junto com a relação.

c) A CONTRATADA deverá entregar todos os cartões em **parcela única**, na Subsecretaria Pedagógica da Secretaria de Educação, situado à Av. Alberto Braune, n.º 224, 3º andar, Centro, Nova Friburgo, RJ, CEP 28.613-001, na quantidade solicitada pelo CONTRATANTE, por sua exclusiva conta e risco, bloqueados, com senha individual, separados por unidade escolar, organizados em ordem alfabética (dentro de cada unidade escolar), com senha individual, em envelope lacrado, constituindo sua utilização eletrônica por parte do beneficiário.

d) A data máxima para a entrega dos cartões no endereço citado será de até 15 (dias) corridos, após o fornecimento da relação de beneficiários pelo CONTRATANTE.

e) Após a entrega dos cartões, o CONTRANTE poderá solicitar formalmente à CONTRATADA a carga de crédito nos cartões, que deverá se dar em até 3 (três) dias corridos.

f) O saldo resultante dos créditos não utilizados após vencimento dos cartões, devidamente descontados da taxa administrativa aplicada pela CONTRANTE, deverá ser depositado em conta-corrente, cuja titularidade será do Município de Nova Friburgo.

g) A informação necessária e indispensável à correta utilização, estabelecida em regulamento ou norma legal aplicável, deve estar devidamente indicada no cartão de uso pessoal, bem como deverá ser fornecida ao setor designado para fiscalização do objeto da contratação.

h) Os cartões emitidos deverão permitir a habilitação por senha individual, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo.

i) A proponente deverá apresentar documento se comprometendo, no ato do certame, a disponibilizar, após a adjudicação do resultado, em um prazo de 03 (três) dias úteis, relação contendo no mínimo 30 (trinta) estabelecimentos credenciados dentro do município de Nova Friburgo/RJ.

j) Os produtos entregues que apresentarem desconformidade com as especificações exigidas deverão ser substituídos sem ônus para a Administração, no prazo estipulado no Termo de Referência.

l) As solicitações e exigências contratuais deverão ser atendidas nos prazos fixados pela Administração.

m) O contratado deverá cumprir integralmente as condições pactuadas, sob pena de aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

7. Subcontratação

Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, não será admitida a subcontratação do objeto, considerando a natureza do fornecimento e a necessidade de responsabilidade direta do contratado quanto à garantia e assistência técnica.

Esses requisitos refletem os critérios mínimos necessários e suficientes para garantir a efetividade e segurança na execução do objeto, em conformidade com o interesse público, com observância à realidade do mercado fornecedor, sem restrições indevidas à competitividade do certame. Tais exigências visam assegurar a economicidade, a qualidade, a rastreabilidade e a adequada prestação do serviço, permitindo à

Administração alcançar a solução mais vantajosa, conforme dispõe o art. 18, §1º, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

O quantitativo estimado de beneficiários foi apurado com base em levantamento oficial realizado pela Secretaria Municipal de Educação, elaborado originalmente para fins de instrução do Estudo de Impacto Orçamentário-financeiro que acompanhou o Projeto de Lei que resultou na Lei Municipal nº 5.122.

No 9º ano, identificaram-se 227 (duzentos e vinte e sete) estudantes e 262 (duzentos e sessenta e dois) profissionais da educação potencialmente contemplados.

No 5º ano, apuraram-se 437 (quatrocentos e trinta e sete) estudantes e 264 (duzentos e sessenta e quatro) profissionais da educação.

O total consolidado de beneficiários corresponde a 1.190 (mil cento e noventa) pessoas.

Assim, o valor global estimado da contratação corresponde a: $1.190 \times R\$ 700,00 = R\$ 833.000,00$ (oitocentos e trinta e três mil reais).

A metodologia adotada baseia-se em dados reais e atualizados, garantindo precisão na estimativa, evitando superdimensionamento da despesa e assegurando conformidade com os princípios da economicidade e eficiência administrativa.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	19208	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados ao pagamento do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, com disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário.	UN	1.190

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das possíveis alternativas de solução disponíveis, podendo contemplar, dentre outras medidas:

- a) a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) a realização de consultas, audiências públicas ou diálogo transparente com potenciais fornecedores, para coleta de contribuições técnicas.

No presente caso, o levantamento considerou contratações públicas similares registradas no Portal Nacional



de Contratações Públicas, assegurando aderência aos princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

A pesquisa de mercado tem por finalidade verificar os parâmetros praticados no mercado público (e, quando aplicável, no setor privado), a fim de subsidiar a definição de valores estimados e condições contratuais compatíveis com a realidade mercadológica, buscando-se a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem prejuízo da adequada execução do objeto.

Ressalta-se que as contratações similares identificadas referem-se, predominantemente, à prestação de serviços de fornecimento de cartão-alimentação ou cartão natalino. Não foram localizadas, no âmbito das pesquisas realizadas, contratações específicas voltadas a cartão com abrangência irrestrita de “consumo” nos moldes pretendidos.

Todavia, considerando que a estrutura operacional do serviço (emissão de cartão eletrônico com chip, gestão de créditos, rede credenciada e controle de utilização) é substancialmente semelhante, entende-se que as contratações analisadas são aptas a servir como parâmetro comparativo para fins de estimativa e definição da solução mais adequada.

Nesse contexto, registram-se as seguintes pesquisas de preços extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas, todas na modalidade pregão eletrônico, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, conforme demonstrativo a seguir:

ÓRGÃO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e entrega de cartões eletrônicos (cartão magnético com chip), na modalidade alimentação, bem como a disponibilização dos seus valores de recarga ou crédito de forma automática, relativos ao cartão natalino, aceitos nas principais redes de Mercados, com no mínimo 06 (seis) supermercados, 04 (quatro) hipermercados e similares (Padarias), nas regiões de Niterói, Rio de Janeiro, Baixada, São Gonçalo e Adjacências

AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: 42498600000171-1-005892/2025

FONTE: Portal de Compras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 124.866,00

MODALIDADE/FORMA DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

PESQUISA DISPONÍVEL EM: <https://pncp.gov.br/app/editais/42498600000171/2025/5892>

ACESSO EM: 04 DE MARÇO DE 2026

ÓRGÃO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de meio de pagamento para aquisição de gêneros diversos, destinado ao período natalino, passando a ser denominado “Cesta Natal”, voltada aos servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro- DETRAN/RJ, por meio de crédito em cartão eletrônico bandeirado, com ampla e efetiva aceitação reconhecida no mercado.

AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: 42498600000171-1-005920/2025

FONTE: Portal de Compras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 5.883.377,34

MODALIDADE/FORMA DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

PESQUISA DISPONÍVEL EM: <https://pncp.gov.br/app/editais/42498600000171/2025/5920>

ACESSO EM: 04 DE MARÇO DE 2026



ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE TIRADENTES

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação, gerenciamento e administração da concessão de Cartão Cesta Natalina no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) individual, através de crédito de valores em cartão magnético/eletrônico, com tecnologia de chip, que possibilitem a utilização por meio da rede de estabelecimentos credenciados.

AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: 18557579000153-1-000047/2025

FONTE: Licitar Digital - Plataforma de Licitações Online

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 147.420,00

MODALIDADE/FORMA DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

PESQUISA DISPONÍVEL EM: <https://pncp.gov.br/app/editais/18557579000153/2025/47>

ACESSO EM: 04 DE MARÇO DE 2026

ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP, COM FUNÇÃO DE VALE-ALIMENTAÇÃO (CARTÃO DE NATAL), com entrega de cartões físicos bloqueados, com senha individual, por secretaria e em ordem alfabética, aos servidores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ.

AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: 28606630000123-1-000173/2025

FONTE: Compras.gov.br

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 3.514.384,44

MODALIDADE/FORMA DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

PESQUISA DISPONÍVEL EM: <https://pncp.gov.br/app/editais/28606630000123/2025/173>

ACESSO EM: 04 DE MARÇO DE 2026

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando o levantamento de mercado realizado com base em contratações públicas similares extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas, foram identificados diferentes percentuais de desconto praticados sobre o valor de crédito disponibilizado nos cartões, bem como significativa variação entre os valores unitários e os quantitativos contratados.

Diante dessa heterogeneidade, entendeu-se mais adequado adotar a metodologia de **média ponderada pelo valor global efetivamente contratado**, por se tratar de critério que reflete com maior precisão o impacto econômico real de cada contratação analisada.

Foram considerados os seguintes parâmetros:

ORIGEM DO VALOR	VALOR CRÉDITO UNITÁRIO NO CARTÃO	VALOR UNITÁRIO HOMOLOGADO	QUANT. CARTÕES HOMOLOGADO	MARGEM DESCONTO %
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	R\$ 1.000,00	R\$ 991,00	126	0,9%
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	R\$ 1.625,66	R\$ 1.576,89	3.022	3%
MUNICÍPIO DE TIRADENTES	R\$ 300,00	R\$ 283,50	520	5,5%
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	R\$ 500,00	R\$ 449,87	7.812	10,03%

O somatório dos valores globais contratados perfaz o montante de R\$ 9.101.944,52, sobre o qual foi



aplicada a ponderação dos respectivos percentuais de desconto, resultando no percentual médio ponderado de 6,03%.

A adoção dessa metodologia permite:

- Mitigar distorções estatísticas decorrentes de contratos de pequeno porte;
- Conferir maior robustez técnica ao cálculo estimativo;
- Refletir o comportamento predominante do mercado em contratações de maior vulto;
- Assegurar aderência aos princípios da economicidade e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Aplicando-se o percentual médio ponderado de 6,03% sobre o valor de crédito unitário previsto para a presente contratação (R\$ 700,00), obtém-se o valor estimado de **R\$ 657,79 por unidade**.

Dessa forma, considerando o quantitativo total estimado de 1.190 unidades, o montante global estimado da contratação perfaz o valor de R\$ 782.770,10 (setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta reais e dez centavos).

ITEM	CATMAT/C ATSER	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	19208	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados "Cartão Prêmio SAEB", destinados ao pagamento do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, com disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário.	UN	1.190	R\$ 657,79	R\$ 782.770,10

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A presente solução tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão, gestão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados à operacionalização do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, conforme demanda formalizada no Documento de Formalização da Demanda – DFD.

A contratação visa viabilizar o pagamento do benefício, em cota única extraordinária, aos profissionais da educação em efetivo exercício nas unidades escolares contempladas e aos estudantes das turmas de 5º e 9º anos com melhor desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), mediante disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário, totalizando 1.190 cartões.

A solução contempla, de forma integrada:

Emissão de cartões magnéticos com chip, personalizados e vinculados individualmente a cada beneficiário;

- Disponibilização do crédito no valor definido pela legislação municipal;
- Sistema de gestão e controle dos créditos concedidos, assegurando rastreabilidade, segurança das transações e transparência na aplicação dos recursos públicos;
- Entrega física dos cartões à Secretaria Municipal de Educação, para posterior distribuição aos contemplados;
- Garantia de funcionamento e suporte técnico durante o período de utilização dos créditos.

Trata-se de serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, amplamente ofertado no mercado por instituições especializadas na emissão e administração de cartões eletrônicos, o que permite a adoção da modalidade licitatória Pregão, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, observando-se os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e economicidade.

Do ponto de vista administrativo, a escolha pelo pregão eletrônico amplia a concorrência, possibilita maior disputa entre fornecedores e tende a proporcionar proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, conclui-se que a contratação por Pregão Eletrônico, sem registro de preços, para fornecimento único e imediato dos cartões magnéticos com chip, constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico e econômico, garantindo a efetiva implementação do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA) e a correta aplicação dos recursos públicos destinados à política educacional do Município.

ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	19208	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados ao pagamento do Prêmio de	UN	1.190



	Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122, com disponibilização de crédito individual no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário.	
--	---	--

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deverá ser adotado quando técnica e economicamente viável, desde que não haja prejuízo à solução e seja possível ampliar a competitividade do certame. No mesmo sentido, a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União estabelece que a adjudicação por item é obrigatória apenas quando o objeto for divisível e não houver prejuízo ao conjunto da contratação ou perda de economia de escala.

No presente caso, o objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão, gestão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, destinados ao pagamento do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), com disponibilização de crédito individual por beneficiário.

Embora o objeto envolva múltiplas etapas (emissão dos cartões, carga de créditos, gestão da plataforma, disponibilização de rede credenciada, controle de saldos e eventual bloqueio), tais serviços são tecnicamente integrados e interdependentes, compondo solução única e indivisível sob o ponto de vista operacional e sistêmico.

A eventual fragmentação da contratação — por exemplo, separando a emissão física dos cartões da gestão financeira, ou da disponibilização da plataforma tecnológica — poderia acarretar:

- conflito de responsabilidades entre fornecedores;
- risco de falhas na carga e controle dos créditos;
- dificuldades na integração de sistemas;
- aumento do risco de inconsistências em dados dos beneficiários;
- maior complexidade na fiscalização contratual;
- perda de economia de escala na taxa de administração;
- comprometimento da segurança da informação e da rastreabilidade das operações.

Além disso, a solução envolve tratamento de dados pessoais, controle de créditos individualizados e gestão por meio de plataforma eletrônica, exigindo integração tecnológica, segurança da informação e responsabilidade centralizada, o que recomenda a manutenção da contratação sob um único fornecedor.

Ressalta-se, ainda, que a fragmentação do objeto não ampliaria significativamente a competitividade, uma vez que o mercado especializado nesse tipo de solução opera, via de regra, com prestação integrada dos serviços. Ao contrário, poderia gerar aumento de custos administrativos, sobreposição contratual e risco de descontinuidade na execução.

Dessa forma, embora haja aparente divisibilidade material das etapas, o objeto configura solução técnica integrada, não sendo o parcelamento técnico nem economicamente vantajoso no caso concreto.

Assim, justifica-se a contratação em item único, preservando a eficiência administrativa, a segurança

jurídica, a economicidade e a adequada execução do programa, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão, gestão e entrega de cartões magnéticos com chip, denominados “Cartão Prêmio SAEB”, tem como objetivo viabilizar a operacionalização segura, eficiente e controlada do pagamento do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei Municipal nº 5.122/2025, destinado aos profissionais da rede municipal de ensino que atenderem aos critérios estabelecidos na legislação.

A necessidade da contratação decorre da obrigação de implementar mecanismo adequado para disponibilização do crédito individual aos beneficiários, assegurando controle, rastreabilidade, segurança da informação e correta aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021. A utilização de solução estruturada por meio de cartão magnético com chip possibilita maior transparência, padronização operacional e mitigação de riscos associados a pagamentos diretos ou meios menos controláveis.

Como resultado pretendido, espera-se:

- a implementação de solução integrada e segura para disponibilização do crédito individual aos beneficiários do PRA;
- a garantia de controle e rastreabilidade das operações realizadas, com possibilidade de emissão de relatórios gerenciais;
- a redução de riscos operacionais relacionados à carga incorreta de valores ou inconsistências cadastrais;
- a disponibilização de plataforma tecnológica que permita consulta de saldo, bloqueio e acompanhamento da utilização dos créditos;
- a oferta de rede credenciada apta a atender adequadamente os beneficiários no âmbito do Município;
- a proteção dos dados pessoais dos beneficiários, mediante adoção de mecanismos de segurança compatíveis com a natureza da contratação;
- maior eficiência administrativa na gestão do programa, com redução de retrabalho e maior previsibilidade na execução financeira.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a execução adequada do Programa de Prêmio de Resultado de Aprendizagem, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa, transparência na aplicação dos recursos públicos e efetividade na valorização dos profissionais da educação, em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e interesse público.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não há necessidade de adoção de providências prévias à formalização do contrato.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:



Não vislumbramos contratações correlatas e/ou interdependentes para o presente caso.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Inicialmente, vale lembrar que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios expressos nas licitações públicas, conforme previsto no Art. 5º da Lei 14.133/2021. Desta forma, com a finalidade de efetivar a responsabilidade ambiental, bem como mitigar os possíveis impactos ambientais, as empresas fornecedoras contratadas devem adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

a) Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

b) Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Os materiais a serem adquiridos devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com utilização de materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

d) Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos citados, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

1. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Diante das análises realizadas nos presentes Estudos Técnicos Preliminares, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de emissão, gestão e entrega de cartões magnéticos com chip, destinados à operacionalização do “Cartão Prêmio SAEB”, mostra-se tecnicamente viável, administrativamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

A solução proposta revela-se apta a atender de forma eficiente às necessidades institucionais decorrentes da implementação do Prêmio de Resultado de Aprendizagem (PRA), instituído pela Lei



S E C R E T A R I A D E
E D U C A C Ã O

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência e adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório, de modo a viabilizar a execução do Programa de Prêmio de Resultado de Aprendizagem, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, transparência e interesse público.

Nova Friburgo/RJ, 28 de abril de 2026.